



# Anais da Assembleia

Nº 81

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 08 de AGOSTO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 118ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1975

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Buffara e Lúcio Machado.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelelino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ganriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quilse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fabiano Braga Cortes, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 81/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 134/73, de autoria do ex-Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na sede do Município de Castro. Parecer da CCJ pela manutenção do Veto. — **Rejeitado o projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, às 14:00 hrs. com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 107/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Lúcio Machado.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelelino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly

Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quilse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fabiano Braga Cortes, Luiz Roberto Soares, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nos:

**192/74:**

Do Sr. ex-Deputado IRIS CALDART, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Desembargador AURÉLIO FEIJÓ, o qual convertido em lei tomou o nº 6.683. — **Agradeça-se.**

**170/74:**

Do Sr. Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA BENEFICIENTE JESUS MARIA JOSÉ, com sede e foro na Cidade de Morretes, o qual convertido em lei tomou o nº 6.688. — **Agradeça-se.**

**160/74:**

Do Sr. Deputado LÁZARO DUMONT, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E BENEFICIENTE DE IVAIPORÁ, o qual convertido em lei tomou o nº 6.682. — **Agradeça-se.**

**107/74:**

Do Sr. Deputado MAURICIO FRUET, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS — APAE — com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.686. — **Agradeça-se.**

**196/74:**

Do Sr. ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação das Igrejas dos Irmãos Menonitas, do Brasil, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.685. — **Agradeça-se.**

165/74:

Do Sr. ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6684. — **Agradeça-se.**

174/74:

Do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE LAR SÃO VICENTE DE PAULA, da cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.689. — **Agradeça-se.**

**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental requer a V. Exa. que ouvido o plenário, seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Secretários da Educação e Cultura e do Interior, apelando no sentido da urgente necessidade de ser construído um prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Amâncio Moro, na localidade da Penha, município de Corbélia.

O presente apelo se justifica, tendo em vista que o prédio onde funciona o referido Ginásio, em que frequentam aproximadamente 200 alunos, está em situação lastimável, sem qualquer condição de funcionamento, desprovido de sanitários, água, móveis e utensílios, devendo-se acrescentar que em dias de chuva, a água que invade o estabelecimento não permite a presença dos alunos às aulas.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, apelo no sentido de incluir nos estudos da próxima revisão da organização judiciária, a criação de mais um Cartório de Registro de Imóveis, na Comarca de MARIALVA, necessário para acompanhar o intenso crescimento daquela região, já merecedora da divisão ora solicitada.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que ontem, por ocasião do pronunciamento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, não o interrompemos, com apartes uma vez que seu raciocínio, a condução de seus comentários a respeito da nota publicada pelo Sr. Presidente do MDB Nacional, não mereceria, naquela oportunidade, uma interrupção.

Dizemos isto para justificar, porque ontem fui juntamente com outros deputados, cobrar de que ninguém levantou a voz nesta Casa enquanto o Sr. Osvaldo Macedo se pronunciava.

Deixei para falar no encaminhamento da votação, que não hoive, pelo adiamento da discussão da matéria para o dia de hoje.

Gostaríamos de externar a esta Casa a nossa opinião pessoal sobre o assunto e dizer que no correr de nossas vidas temos em várias oportunidades, momentos de mal-entendidos, de palavras dúbias que não são compreendidas. Talvez o exemplo mais marcante neste País seja o que houve com a palavra "distensão" pronunciada pelo Sr. Presidente da República em várias ocasiões e discursos neste ano ainda e que o Brasil inteiro e a classe política brasileira entendeu mal.

Entendeu que era uma coisa, e o Sr. Presidente no fatídico discurso de 1.º de agosto disse que não era verdade.

Digo isto, para justificar esta celeuma criada em torno do pronunciamento do Deputado Ulysses Guimarães, porque alguns disseram que ele foi ofensivo ao Sr. Presidente da República — que nós não concordamos, achamos que foi feita uma análise da situação política nacional e que, se numa oportunidade o Sr. Presidente Ernesto Geisel pediu à classe política deste País que usasse a imaginação e isto foi feito com debates acirrados nas Câmaras Estaduais e na Câmara Federal e especialmente no Senado Federal e depois de tudo isto feito no primeiro semestre deste ano, veio o Sr. Presidente da República, Chefe Supremo desta Nação, dizer que não é nada disto, que as coisas têm que ser medidas, depois com insinuações gravíssimas sobre infiltrações comunistas em ambos os partidos. Portanto, acho viável que o Deputado Osvaldo Macedo — aqui não coloco em termos de MDB ou ARENA, mas em termos de classe política deste País, senão teremos graves impasses de sabermos que estamos nesta Casa Legislativa sem a menor função, seria mais justo então que fôssemos para nossas casas, voltássemos ao nosso trabalho profissional, eis que aqui não teríamos mais nada a fazer — que o Deputado Osvaldo Macedo, como deputado do Paraná e não de um Partido, apresente uma sugestão ao Sr. Presidente da República, uma sugestão respeitosa também, de que, divida os poderes do Ato Institucional n.º 5, com os demais Chefes dos demais poderes desta Nação, ou seja, do Legislativo e do Judiciário.

Esta é a minha posição. Votarei a favor, porque senão, sentir-me-ei simplesmente sem a menor função nesta Casa de Leis. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para o encaminhamento da votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Exceção feita a um pronunciamento do Sr. Deputado Alfredo Gulín, nenhuma outra manifestação nesta Casa mereceu de qualquer Deputado da Arena, partido que dá distensão política ao Governo Revolucionário que se instalou neste País a 31 de março de 1964, de que, fosse de apoio ao pronunciamento de S. Exa. o Sr. Presidente da República.

O silêncio do nosso partido no futuro poderia ser interpretado, Sr. Presidente, como sendo de consentimento às críticas veementemente reiteradas, feitas desta tribuna, por eminentes parlamentares do MDB.

Entendemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao MDB compete esta ação constante também dos seus objetivos, quero quer sadios, voltados ao apressamento de uma distensão política tão reclamada, é verdade, pela classe política.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós alinhamos numa corrente de pensamento que se confunde com muito do que se faz, do que se fez e do que se espera fazer ainda neste País, para atingir gradualmente uma situação de liberdade plena na democracia brasileira e se estamos nesta Casa há 10 anos, praticamente endossando as medidas que possibilitará a este País o retorno à uma normalidade administrativa, que possibilitará a esta Nação um clima de desenvolvimento que está a saltar aos olhos de todos, corrigindo distorções que existam e que se existem hoje numa proporção bem menor no que tange, principalmente à distribuição da riqueza; se nós presenciarmos o surgimento do milagre brasileiro, se nós brasileiros nos orgulhamos hoje de habitar um território invejado por nações deste continente e decantado por nações desenvolvidas que temos podido, neste regime, implantar a ordem, possibilitar o clima de tranquilidade e presenciarmos o desenvolvimento com segurança mas não podemos, nesta hora difícil porque passa a Nação, esquecermos que gradualmente estamos alcançando o objetivo principal da redemocratização deste País, que S. Exa. o Sr. Presidente preconiza lentamente, é verdade.

Mas, não podemos esquecer das greves que campeavam neste País e que faziam a desgraça da economia, não podemos deixar de nos ferirmos ao terrorismo malsinado que neste País campeava para desgraça da família brasileira e que, infelizmente, é ainda força coersitiva na maioria dos países deste e de outros continentes, e nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos nesta Casa com partido que tem representação noutras Casas Legislativas e no Congresso Nacional, a aplaudir sempre o trabalho gigantesco administrativo da Revolução, não poderíamos neste instante, aprovar um requerimento, embora respeitoso nos seus termos, é também de provocação, porque aceitamos ainda, Sr. Presidente, as diretrizes emanadas pelos dirigentes do nosso Partido, que também já se pronunciaram e o fizeram através de nota oficial, acerca do polêmico assunto.

E esta é a razão, Sr. Presidente, pela qual votaremos contra o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

E não existe questão fechada, Sr. Presidente, apenas porque entendemos que nós atingiremos o objetivo principal da redemocratização deste País.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Pela ordem) Sr. Presidente  
No encaminhamento da votação, qual o tempo disponível ao orador. E quanto tempo falta para concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE Nove, dez minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO Obrigado pela informação.

O SR. IVO THOMAZONI O minuto que me resta, Sr. Presidente, se é que tenho nesta Casa pautado com uma conduta ditada pela coerência, permito-me, Sr. Presidente, alertar a esta Casa, de que não é esta a hora e nem é este o momento, de provocações. O futuro dirá, Sr. Presidente, de que aqueles que souberam confiar nos homens que estão a dirigir este País, na linha do partido que mantém a hegemonia política nas Casas Legislativas, haverão de presenciar o porvir de todos para este País. E nós haveremos de legar aos nossos filhos libertos, plenos, sem necessidade absolutamente, de que tenhamos que aqui nesta Casa, pretendermos nós, a revogação de medidas que não estão a nosso alcance.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Ivo Thomazoni, líder da nossa Bancada, posicionou muito bem a nossa condição de bancada arenista.

E sob sua orientação, quero quer, todos nós votaremos, que também é entendimento nosso, o raciocínio de suas palavras. E, dada a relevância da matéria que se discute, originada pelo Deputado Osvaldo Macedo, requeiro que se faça agora, que a votação seja nominal.

Isto porque, no momento é necessário realmente que se registre o posicionamento de cada um nesta Casa.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que fizemos o requerimento, pedindo à casa que o aprove. (Lê):

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, que a apreciação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, se faça mediante votação nominal.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO".

O SR. PRESIDENTE -- Em votação o requerimento.  
**Aprovado.**

Continua em votação o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. TRAJANO BASTOS - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A vida pública é sempre pautada por alegrias e por desencantos. Desencantos, Sr. Presidente, quando presenciamos neste País, após o movimento revolucionário de 64, todos os Presidentes da República, brasileira, ao assumirem seus cargos, fazerem, perante a Nação, profissão de fé democrática, e no desempenho de seus cargos, agirem de forma completamente diversa da que prometeram. Daí, o desencanto.

Quando falamos em alegrias, Sr. Presidente, referimo-nos à posição corajosa que assumiu perante a Nação brasileira o Deputado Ulysses Guimarães Federal, Presidente do MDB, que teve a coragem cívica de vir à presença da Nação discutir como e de seu direito, a fala presidencial de primeiro de agosto.

Poucos parlamentares neste País teriam razões como tem Ulysses Guimarães de se dirigir à Nação, em nota oficial, nos termos que o fez, porque ele foi o primeiro político a atender o chamamento presidencial, ao atender o pedido para que a classe política tivesse uma imaginação criadora. E ele propôs, democrática e respeitosamente à Nação, à ARENA e ao Presidente da República, a reforma da Constituição, conforme documento também distribuído neste País.

E o que aconteceu foi que no discurso de S. Exa. o Sr. Presidente da República, se deu justamente o contrário. Foi dada outra conotação ao termo "distensão" e daí o desencanto. Mas não é de desencantos somente que vive o País.

Hoje, tivemos uma grande alegria. Referimo-nos à posição corajosa e cívica do ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio ...

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Muito bem.

O SR. TRAJANO BASTOS - ... quando disse que falava, não em sentido partidário, mas como político em defesa da classe política do País. Nossos parabéns ao ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, e fazemos esta menção, não que a atitude de S. Exa. nos tenha surpreendido, porque conhecemos a sua conduta na vida pública e a posição que hoje assume no plenário só vem reafirmar o respeito e a admiração de que é merecedor por parte de seus Pares.

Fica aqui, Sr. Presidente, consignado nosso ponto de vista pessoal, e não seria também pela simples entrada de um requerimento para votação nominal que nos calariam.

As nossas posições, tomadas neste plenário, são abertas e responsáveis, e jamais nos furtaríamos a prestar contas de nossas atitudes. E não será um requerimento para votação nominal que nos afundaria em nossas poltronas, e ficássemos calados, diante dessa situação.

Não tememos, Sr. Presidente, qualquer repercussão que possam ter nossas palavras. Assumimos plena responsabilidade pelo que dizemos.

E mais, Sr. Presidente, não significa esta nossa atitude, qualquer provocação, como pretende o ilustre Líder da Arena, mas a defesa dos dogmas de direito público, como afirmou Ulysses Guimarães, é o direito de discordar de quem quer que seja, neste País. Discordar para construir, discordar para colaborar, discordar para legar a esta nação um estado de pleno direito.

E não é um favor que se faz ao Brasil prometer este estado mas é uma obrigação que todo brasileiro que se preza legar a este País a redemocratização, tão pregada por todos os Deputados, por todos os políticos deste País.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - (Para encaminhar a votação)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É natural que se faça, nesta Casa de Leis, discussões a respeito de matéria tão importante como essa que ora se discute.

Porque, os homens que fazem o exercício pleno da liberdade democrática aqui estão. Porque, no comportamento de cada um de nós, e na representação que fazemos, está documentada a liberdade democrática do sistema brasileiro.

E aqui, hoje Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos marcada uma posição pelo exercício dessa liberdade democrática, principalmente para que não fiquemos apenas alicerçados em preceitos partidários, mas aqui vimos praticando esta liberdade. Liberdade que nos foi confiada pela Revolução de 64, porque, é preciso que se diga, sem ela talvez não estivéssemos aqui neste Poder.

Vivemos num regime democrático e de liberdade plena, tanto é assim que um Deputado da ARENA, hoje, se pronunciou contra uma decisão presidencial.

Isto é democracia. Esta é a representação democrática pela qual a Revolução de 64 lutou.

E quis S. Exa. o Sr. Presidente da República, quando usou o termo distensão, fazer com que nós, políticos e o povo brasileiro trouxéssemos, para a Revolução, a contribuição precípua pela qual deveria ser devolvido ao povo brasileiro, o sistema antigo que aqui se preconiza.

Porém, Sr. Presidente, este parlamentar que aqui se encontra, viveu o sistema democrático de antes de 64; e convive com o sistema democrático de após Revolução. E nesta manhã memorável, quero declarar meu voto contrário à manifestação do Deputado Gabriel Sampaio. Porque, agradeço, não só em nome da Democracia Brasileira, do sistema revolucionário democrático deste País, mas agradeço em nome de meus filhos e de minha família, porque neste País um parlamentar pode vir à tribuna e deixar sua esposa esperando lá fora e deixar seus filhos em casa, na certeza de que voltarei e lá vou encontrá-los felizes, porque seu pai pode vir à tribuna e dizer o que pensa, como disse V. Exa. Deputado Gabriel Sampaio, Deputado corajoso que é e sempre foi, Deputado independente, mas não sou menos corajoso que V. Exa. e V. Exa. bem sabe disso.

Não vou, jamais, ver incluído meu nome no rol dos covardes nesta Casa e em lugar algum, para dizer desta tribuna, que esse sistema revolucionário salvou não só a democracia, mas sua família.

Estou na tribuna neste momento, para pedir aos Srs. Deputados que não confundam liberdade com liberalidade.

O Sr. Presidente sugeriu distensão política, mas não desintegração da democracia brasileira. Enquanto nós, bem intencionados, preconizávamos uma democracia com mais liberdade, outros mal intencionados, faziam infiltração política ditatorial, políticos esquerdistas, que felizmente nesta Casa não tem nenhum representante, mas que no momento da preocupação eleitoral nossa, se intrometem no sistema de votação, introduzindo novamente sua mão pecaminosa e sangrenta para tirar, não só a liberdade deste parlamentar, mas tirar sobretudo, o sossego e o bem estar da família brasileira.

Motivo pelo qual, Sr. Presidente, voto contra o requerimento do parlamentar e o manifesto do Deputado Gabriel Sampaio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para encaminhar a votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Debate desta matéria não pode ser posto em termos emocionais, e às vezes até insanos. Deve ser analisado formalmente, firmemente, seriamente. Somos partidários do estado do direito. Acharmos que só no estado de direito governantes e governados têm segurança. É o que já dizia há algum tempo atrás Senador Paulo Brossard, que quando os governados não têm direito, os governantes não têm seguro seu poder.

Quando analisamos o Ato Institucional 5, constatamos que foram postos nas mãos do Presidente da República poderes absolutos que nem o Imperador deteve neste País.

Quando chegamos a propor que o Sr. Presidente da República, por sua própria iniciativa, partilhe esses poderes absolutos com os Presidentes dos demais poderes que são o Judiciário e o Legislativo, estamos apenas solicitando, sugerindo que todos os

poderes não se concentrem apenas numa mão, que todos os atos não sejam tomados apenas por uma cabeça e uma inteligência, porque entendemos que duas, três cabeças pensam melhor que uma. É próprio mesmo da estrutura do Poder Judiciário, que as decisões jurídicas não fiquem apenas a critério de um juiz, o juiz de primeira instância, mas que o homem que é julgado tenha possibilidade de recorrer à 2ª e 3ª instâncias. Não há segurança quando um único juiz julga em termos definitivos.

E hoje o AI-5 que está posto nas mãos do Presidente da República, não somente detém poder absoluto, sobre todos os habitantes do País, mas inclusive sobre os demais poderes legislativo e judiciário.

Bem disse Ulysses Guimarães na sua nota ao analisar os poderes concentrados nas mãos do Presidente da República que: No Brasil atual, o Presidente da República exerce o Poder Executivo, do e sobre o Poder Legislativo, dispõe dos poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o Parlamento; prescrever "ad aeternum" brasileiros da vida pública pela "suspensão" dos seus direitos políticos; legislar desempedidamente nos hiatos congressuais por ele próprio decretados e por via dos decretos-leis e da delegacia legislativa; absorver praticamente a competência da iniciativa das leis; responder, se o quando quiser, os pedidos parlamentares de informações ou não fazê-lo; e, finalmente, se assim o entender, emudecer pela censura o Congresso e a discordância perante a nação. Ainda do e sobre o Poder Judiciário, acumula os poderes de cassar cargos e direitos políticos dos juizes, inclusive os do Supremo Tribunal Federal, subtrair da apreciação judicial procedimento com base nos Atos Institucionais e Complementares, bem como instâncias da segurança de superporem, anulando-o na espécie o habeas corpus, em casos de violências, coação, prisões, indeterminadas ou suas ameaças".

Sr. Presidente, esses poderes não podem ficar concentrados nas mãos de apenas um homem. Nós que advogamos o fim imediato e incondicional do Ato Institucional número 5, admitimos, contudo, a posição defendida pelo Exmo. Sr. Presidente da República de promover a redemocratização de forma lenta e gradual e porque sabemos que, mais de uma vez, o Sr. Presidente da República e os defensores do sistema disseram que não podem abrir mão, neste instante, dos poderes do Ato Institucional número 5, é que nós estamos oferecendo esta sugestão, porém dentro da sua própria proposição que acreditamos honesta e sinceras, ele se proponha a partilhar desses poderes absolutos

Então, já que se pode abrir mão, desde já, do Ato Institucional número 5, não se concentre todos os poderes nas mãos de apenas um chefe de um dos poderes, mas que se partilhe com os três chefes de poderes, para que todos os atos sejam assinados com a responsabilidade dessas três inteligências e desses três poderes devem ser harmônicos e independentes entre si.

Creio que bem expliquei, creio que fiz me entender e creio que assim, também, entendem todos aqueles que no momento atual, que no momento crucial do problema presente, querem oferecer sugestões válidas, sérias e honestas para a saída do túnel escuro em que nos encontramos. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se analisarmos as ocorrências que levaram o ilustre Deputado Osvaldo Macedo submeter à apreciação desta Casa de Leis o requerimento que dá apoio à fala do Presidente Nacional do nosso partido e, principalmente, o valor de sua manifestação em favor da estrutura política democrática deste País, sentimos que S. Exa., o nobre Deputado Osvaldo Macedo não fez outra coisa mais senão manifestar o apoio que milhões de brasileiros gostariam de manifestar pela sua própria expressão, o que sentimos da discussão e do debate deste requerimento. Foi o fato de agressão característico ocorrido em dados momentos, pela euforia de alguns Srs. Deputados que por aqui passaram.

Sua Excelência o eminente líder do Governo. Deputado Ivo Thomazoni, afirmou aquilo que nós sentimos há 10 anos passados, que, houve a necessidade de se fazer uma revolução neste País, nós acreditamos como acreditamos que toda revolução tem que ser feita em caráter temporário, uma simples sistemática de tomada de posição, para que a classe política possa retornar ao poder, para dirigir uma nação.

Dez anos, já se passaram, e nós discordamos com Sua Excelência o nobre líder do Governo, quando diz que os milagres brasileiros estão aí aos olhos da Nação; o que vemos é o milagre da pobreza e acima de tudo o cerceamento da liberdade, criada pelo Ato nº 5, esta lei que, como bem frisou este item institucional, como bem afirmou o Deputado Osvaldo Macedo, vai além de toda jurisprudência deste País, cerceia todo o campo de liberdade de expressão de pensamento, cerceia inclusive a coragem do homem para dizer a verdade — e falando em coragem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos contestar nesta oportunidade o ilustre Deputado Quilse Crisóstomo, quando entendeu que devia acusar seu companheiro de bancada, preclaro e ativo e independente, Deputado Gabriel Sampaio, de covarde, por haver procurado dar apoio ao requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo. Sua Excelência o Deputado Gabriel Sampaio manifestou aqui, sem dúvida nenhuma, a mais alta expressão de quem nós não somos partido-político, somos a representação da classe política desta Nação. Sua Excelência tomou a participação da vontade de um povo, e este povo representa 100 milhões de povo brasileiro, de povo brasileiro que faz a liberdade democrática desta Nação.

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de vir a esta tribuna nesta oportunidade, para manifestar o nosso apoio ao este requerimento, que não vai nenhuma contestação contra a atitude de Sua Excelência o Sr. Presidente da República deste País, havia, simplesmente, o surgir para o acordar a uma realidade que há muito tempo se espera, para que o Brasil caminhe pelo seu caminho de verdade democrática. E assim, Sr. presidente, Srs. Deputados, sentimos que é nosso dever votarmos pela aprovação do requerimento do Deputado Osvaldo Macedo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Inicialmente quero trazer ao conhecimento desta Casa de que acompanho a vida pública desde o ano de 1930, data em que houve a revolução, e me encontrava na cidade de Porto Alegre, quando, por desagravo, à minha formação de mocidade, percebia que naquela eleição votava-se até 24 vezes num só dia e acompanhei então, com amor e carinho, o desenvolvimento da administração e da política brasileira, acompanhei a Revolução de 30 e de 32, o levante comunista em 1937, a queda da ditadura em 45, a derrota das eleições que seguiram, a morte do grande estadista Getúlio Vargas em 54 e de cujas sucessivas etapas, neste Brasil, as maiores badernas que o homem público ou que o Brasileiro poderia constatar e verificar.

Em 1963, especializado na minha profissão de representante comercial, desempenhava o papel de vendedor especializado em tecidos e falou-se aqui, pelo líder de nossa bancada, Deputado Ivo Thomazoni, das constantes greves que se levantaram então, e eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, lembrar aos parlamentares, aos paranaenses e aos brasileiros que, em 62, recebi a eu a Circular da Organização de tecidos que, vendia no Paraná e no Brasil, que em um só dia houve 260 greves e exatamente por esta razão se que fez neste País uma revolução, para reformulação dos costumes, para respeito à humanidade, respeito ao trabalho, respeito ao trabalhador e para respeito, acima de tudo, da opinião do povo. Foi por esta razão que se criou o regime de

exceção em que hoje vivemos e é necessário que se diga, a bem da verdade, que se não fora este tipo de regime para o povo brasileiro, estaríamos hoje no caos, no abismo, provocado pela baderna que se instalou antes de 1963. E é por isso, por estas razões e por estes motivos que aqui discordamos das provocações que são constantemente levantadas nesta Casa de Leis, e é por esta razão que discordamos plenamente na votação a favor do requerimento do ilustre Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Respeitando o seu ponto de vista, mas dirigimos perante Deus e queremos que respeitem o nosso também, porque estamos cansados de saber, através das nossas andanças e dos nossos cabelos brancos, das constantes ameaças que tivemos antes da Revolução de 64. É preciso que se diga, a bem da verdade também, que nós tivemos a nossa casa em Piraquara, a casa da nossa moradia, em que se criaram e que se criam nossos filhos, sitiadas pela baderna de antes de 64 e nós que temos a nossa Pátria, que temos nossos filhos para que nos respeitem também, para poder dizer a eles amanhã, que estamos cumprindo o nosso dever. Aceitamos o regime de exceção, para que o povo brasileiro entenda, que este torrão é nosso, e é preciso que dele cuidemos.

E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não podemos aceitar sugestão, de que o Ato Institucional número 5, serve para uma coisa e não quer nesta Casa que se sirva para outra. E é exatamente por isso, que reafirmo aqui o meu voto contra o requerimento de autoria do Deputado Osvaldo Macedo. Com certeza a tranquila e absoluta, de que não estou lutando através de cabrestos, mas sim, pela minha própria consciência, e para que possam os meus filhos e netos, dizerem aos seus filhos e netos também, "no amanhã", o nosso pai, o nosso avô, cumpriu com o dever dele".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, tem a palavra, o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O aspecto com que se apresenta o debate desta matéria parece, Sr. Presidente, não deixar margem a que a sua discussão não deixe bem definida as posições assumidas nesta Casa.

Temos mantido-nos desde o começo deste semestre, atados dos debates de Plenário, premidos de circunstâncias de que o Presidente do Partido nos está exigindo tempo integral.

Mas, o que hoje se registrou nesta Casa, e a preocupação que envolve a todos nós e nos trouxe a esta tribuna, e aqui comparecemos para que não falte ao Vice-líder de nossa bancada, Deputado Osvaldo Macedo, a solidariedade do líder da bancada.

Posso até, Sr. Presidente, discordar do aspecto jurídico do seu requerimento, como de fato em parte discordo, porque é inaceitável "in totum", um ato discricionário para dirigir uma Nação.

Eu não o aceito nem em parte. E nem acredito que o Presidente do Supremo Tribunal Federal aceitará.

Mas depois que ouvimos ironicamente, através do sistema de TV, a afirmativa do Sr. Presidente da República, encontrando para o vocábulo "distensão" um significado que até o momento era objeto de interpretação completamente diversa, entre aquilo que entendemos que S. Exa. pronunciou como significado de distensão, foi uma chocante ironia dirigida especificamente ao Poder político da Nação, ou seja, ao Poder civil e àqueles que falam ao povo.

Usou-se como argumento preponderante na fala presidencial, que aqueles que pretendem o estado de direito são saudosistas que pretendem o retorno ao passado, como se isso fosse sinônimo de pretender-se o retorno a uma Carta Constitucional do feitiço da Carta de 46 que garantia um estado de direito para o povo brasileiro.

Como consequência vêm as indefectíveis afirmativas repisadas de que a justificativa principal para a existência do Ato Institucional nº 5, é a garantia contra a desordem, contra a

baderna, como se afirmou nesta Casa, como se todos nós, como se o próprio povo brasileiro, como se a classe do magistério, se a classe dos magistrados, como se os legisladores, como se os juizes, como se os homens livres deste País fossem irresponsáveis, não estivessem sabendo o que realmente se vive na Pátria.

Mas a ditadura sempre teve grande adesismo. Não foi difícil para os grandes ditadores se acercarem de grande número de adesistas, porque é mais fácil governar numa ditadura do que num regime democrático, onde quem governa é o povo e não um grupo político que assume o mando e exerce, arbitrariamente, sem se importar com a Lei, com o Direito.

O que pretende o requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo é que Sua Excelência o Senhor Presidente da República sinta que há uma manifestação de pensamento sugerindo que, pelo menos então, se divida esse poder arbitrário com aqueles que poderiam usar de um poder excessivo, com um sentido de moderação que talvez pudesse encarnar um verdadeiro sentido de Justiça, não se atendo, única e exclusivamente, a uma ideologia política.

É uma manifestação de pensamento que tem a sua validade, principalmente porque se levanta num momento em que o país novamente parece desorientado e na sua vida pública e política, conseqüentemente, pelas declarações do Presidente da República.

É por consequência, esse esforço de meu ilustre colega há de merecer o meu voto, Sr. Presidente, notadamente pela posição em que ficou o seu requerimento na divisão das águas, na divisão dos princípios, de um lado a ditadura, de outro, a Democracia.

E nós estaremos sempre do lado da Democracia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diversos Srs. Deputados nos anteciparam nesta tribuna para fazer algumas observações a respeito do pronunciamento do ilustre Deputado Ivo Thomazoni.

Mas, em primeiro lugar, quero declarar-me incondicionalmente a favor do requerimento do ilustre Deputado Osvaldo Macedo que, em boa hora, veio clarear os horizontes da nossa vontade de continuar disputando eleições.

São requerimentos dessa natureza, como o do nobre Deputado Osvaldo Macedo, e apoiado pelo ilustre Deputado da Arena, Gabriel Sampaio, que nos animam a disputar futuras eleições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, com os meus maiores respeitos, é porque um dos Parlamentares mais antigos desta Casa, como o é, não querendo menosprezar os novos Deputados, o Deputado Ivo Thomazoni falou em milagre brasileiro que o Governo brasileiro está propiciando a este País.

Quero lembrar, neste instante, que pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro, partido que trouxe muito progresso a esse nosso País, foram na realidade do governo do saudoso Presidente Getúlio Vargas, quando criou a Petrobrás, a Eletrobrás, a Fábrica Nacional de Motores, que hoje não é mais do nosso Governo, do nosso País, vendida não sei por que razão, criou as leis trabalhistas que hoje asseguram os direitos dos trabalhadores do Brasil, criou diversos e diversos órgãos e quero lembrar, neste instante, que o Ministério da Agricultura não fazia milagres, mas atendia aos homens da terra, porque o agricultor recebia todas as melhorias para o engrandecimento da agricultura de nosso País.

Pertenci ao extinto PTB, e aqui não vai qualquer temor quando digo, com muita honra, pertenci a esta Casa no Governo do saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que criou as casas rurais do Paraná, que deram assistência ao trabalhador agrícola do Paraná. Criou a Copel que hoje é uma companhia de economia mista que vem trazendo progresso e grande-

za ao nosso Estado e País, embora achemos que ela sacrifica os usuários cobrando elevadas taxas, que poderiam ser um pouco reduzidas, mas que não deixa de trabalhar pelo engrandecimento de nosso Estado.

Devemos nós, políticos de hoje, respeitar os políticos ilustres do passado. Se houve baderna, como falaram aqui, não foi simplesmente criada pelos homens do MDB de hoje, nem do PTB de ontem, mas por brasileiros sem vergonha, sem caráter, corruptos que existem em todos os partidos deste País, que existem, talvez no MDB, e que no futuro será esclarecido que existem também na ARENA. E as autoridades federais deverão ter pulso firme para por, de uma vez por todas, paradeiro à corrupção que existe aí.

Um deputado disse que um deputado federal iria pedir a a constituição de uma Comissão de Inquérito administrativo sobre a compra de um hospital aqui no Paraná, pelo INPS. Vamos aguardar para ver se os corruptos estão no MDB ou na ARENA.

Desculpem a simplicidade do meu linguajar, mas digo aquilo que sinto, e que o tempo dirá.

Se o AI-5, não for extinto por S. Exa., o Sr. Presidente da República, não devemos nós nos preocuparmos mais com eleições no País, porque amanhã o AI-5 pode atingir a qualquer um de nós, Deve o Sr. Ministro da Justiça, Armando Falcão, que também é um político do passado, procurar fazer justiça e todos os corruptos, todos os subversivos, todos os comunistas que aparecem, deverá procurar degolá-los. S. Exa. deve ter prática, porque é um político antigo, que pertenceu à política passada, a quem eu respeito e faço justiça.

Não temos medo, nós que pertencemos ao MDB e já pertencemos ao passado, ao PTB, que já tivemos muitas atitudes em favor do Governo do Estado e da Nação. Nós não temos medo do AI-5, que ele seja aplicado com justiça e não venha a fazer injustiça a quem não deve.

Lembro ao Deputado Ivo Thomazoni que o milagre não é de hoje, mas desde o dia em que o Brasil foi descoberto, desde que está em funcionamento em benefício do povo, desde que os nossos antepassados, tantos e tantos governos, trabalharam pelo pelo engrandecimento do Brasil.

Não estou vendo milagre, o que existe é o sacrifício do povo, com contribuições espantosas, que antes de 64 era de 7 por cento e hoje é de 14 por cento, como no caso do ICM. Hoje pagamos taxas elevadas para emplacamento de veículos. Aquele ensino gratuito que foi implantado por Getúlio Vargas. Hoje desapareceu. Onde está o ensino gratuito? O povo tem que fazer festas no município, para angariar dinheiro para reforma de prédios construídos nos governos de Manoel Ribas e Moysés Lupion, e tantos outros porque depois daquela época, os governos que têm vindo não têm a coragem de pintar uma escola. O povo tem que estar sacrificando suas próprias economias para que esses prédios construídos com dificuldades nos governos passados, sejam reformados.

Deputado Ivo Thomazoni, o momento é escasso, mas oportunamente terei a oportunidade de trazer mais alguns pronunciamentos, dentro da minha simplicidade, porque não tenho assim a felicidade de ter o dom de oratória dos Deputados que me antecederam. Mas, estou aqui como político desde 1947 e já tive a honra de representar minha região em 1954 como Deputado, o extinto Partido Trabalhista Brasileiro. Ainda, agora, corre nas minhas veias a ideologia trabalhista implantada pelo saudoso Presidente Vargas e que levarei para o túmulo. Não aceito que digam que os governos passados eram governos da anarquia, da baderna, comunista. Houveram falhas de governos, mas não somos culpados. E se existe justiça é para corrigir e fazer justiça àqueles que devem. Vamos passar a degola aos maldosos, aos subversivos, aos corruptos e aos comunistas.

Quero declarar, neste instante, que foi justo o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo, apoiando nosso eminente Presidente Nacional do MDB. Vamos lutar para que os Atos Insti-



tucionais 5 e 477 sejam extintos, para que o povo tenha coragem de enfrentar as urnas para eleger amanhã o seu Governador do Estado e o seu Presidente da República. Com o AI-5 não teremos coragem de falar em eleger Governador do Estado. Este AI-5 pode funcionar como funcionou há anos passados quando tolheu o direito do povo paranaense e do povo de todos os Estados de escolher o seu Governador, que a Constituição previa que em 1974 iria haver eleição. E quando foi que houve eleição? Não houve.

Então, vamos pedir a Deus que o Sr. Presidente da República pela sua capacidade, antes de deixar o Governo, extinga os AI-5 e 477.

Muito obrigado e desculpem a minha franqueza. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar em explicação pessoal ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa Pátria vive histórico momento de benéfica ação moralizadora liderada por brasileiros conscientes que, inspirados nos melhores princípios democráticos, descortinaram, desde 31 de março de 1964, novos horizontes à Nação.

O discernimento, o amor cívico e o respeito à família brasileira demonstrados pelos quatro Presidentes da República que, após aquela data assumiram o poder, foram e são notórios.

Isso nos propicia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, confiança e certeza de que S. Exa., o Sr. Presidente Ernesto Geisel, procurará também, no futuro, dar o melhor encaminhamento aos supremos interesses nacionais como até aqui tem feito. Creio que S. Exa., homem ponderado e justo, se adotou clara posição contra os desmandos, a corrupção e a subversão em seu discurso à Nação, proferido no dia 1º de agosto, foi porque se apresentaram sérias razões para isso.

Definiu, outrossim, em termos amplos o seu desejo de progresso em todos os sentidos, promovendo o bem estar sem cercear, por outro lado, aos políticos a sua participação no encaminhamento de idéias válidas para a solução dos problemas sociais e econômicos que afetam a nossa sociedade.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a certeza que estamos caminhando e continuaremos a caminhar para os destinos democráticos onde o respeito estará associado ao espírito de participação, de todos os setores da nossa administração pública e dos poderes legalmente constituídos, para que alcancemos o pleno desenvolvimento que tanto almejamos. Cremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na boa intenção dos homens que lideram a nossa Pátria, pois são tão brasileiros como nós.

Porisso votaremos contra o requerimento, acompanhando a liderança do nosso Partido, com a nossa consciência tranquila, marcando também a nossa posição de confiança nos homens que estão à testa da Revolução. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estando hoje em discussão nesta Casa um requerimento to nobre Deputado Osvaldo Macedo, que pede a distribuição, aos três Poderes, de um Ato de exceção, nós, que ouvimos as palavras de vários representantes da ARENA nesta Casa até parece que nós os representantes do MDB temos medo de sermos punidos pelo Ato Institucional nº 5 — ouvimos as palavras do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, quando ele se referia à bancada do MDB, que a baderna de antes de 1964. Nesta época não militávamos ainda na política, não podemos avaliar com precisão as palavras do ilustre representante da ARENA nesta Assembléia Legislativa, mas nós pedimos sim, ao Sr. Presidente da República, para que aplique o Ato Institucional nº 5 a todos aqueles que mereçam ser punidos dentro deste País.

Por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de,

nesta Casa hoje pela primeira vez, pedir e esclarecer que, enquanto o Congresso Nacional, a Câmara de Deputados e o Senado da República possuem 650 funcionários, a Assembléia Legislativa do Estado, entre funcionários desta Casa e à disposição tem mais de 800 e ninguém aparece aqui para trabalhar. O Ato Institucional nº 5 deveria chegar ao Paraná para vir aqui fazer este povo se mexer e trabalhar e não ficar e viver a custa do sacrifício do homem do campo do meu Estado, do homem do campo deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não temos medo da aplicação do Ato Institucional nº 5, mas pedimos que dentro do processo revolucionário, que ele seja aplicado em todos os escalões, para acabar de uma vez por todas com a corrupção e com a bandalheira que existe ainda neste País feita e ainda acobertada em nome da gloriosa Revolução de 31 de março. Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bem verdade que muitos dos meus companheiros nesta Casa hoje, ao ouvir o meu pronunciamento pedindo a aplicação do Ato Institucional nº 5, sentem-se, muitas vezes em posição contrária a nós, mas nós pedimos, se ele for para continuar existindo, que venha de uma vez por todas, ou, então, a grande Nação Brasileira que vá para uma redemocratização e que os poderes sejam entregues à classe política ao Judiciário e ao Executivo. Meus Srs., o Ato Institucional deveria ser aplicado nas sociedades de economia mista que existem no Paraná, que existem aí servindo de cabide, de emprego, acobertando os afilhados dos políticos deste Estado. O Ato Institucional nº 5 deveria ser aplicado àqueles que sentam nesta Casa, na Câmara dos Deputados, usando e abusando do poder econômico. O Ato Institucional nº 5, meus Srs. deveria ser aplicado em toda a sua plenitude para salvaguardar o nome daqueles que lutam por ideais, que têm a política como uma profissão de fé. Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto favorável ao requerimento do ilustre Deputado Osvaldo Macedo, que pede a distribuição de poderes do Ato de Exceção. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, gostaria de dizer aquilo que um amigo certa vez me disse, que o Ato Institucional, para quem é honesto, é boato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, no encaminhamento de votação.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Manda a minha consciência por em tese, discordar do requerimento de um dos mais brilhantes Deputados nesta Casa Parlamentar, que solicita a divisão de responsabilidade na aplicação dos Atos de Exceção vigentes em nosso País e a minha posição, em tese, diverge do ilustre e brilhante Deputado autor do presente requerimento, porque a nossa consciência, toda medida de força e de exceção em vigor aplicada em nosso País, em nossa Nação.

É verdade, Sr. Presidente, que a Nação não foi descoberta em 1964; é verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com tranquilidade, poderemos afirmar, desta tribuna, que não temos compromissos com o passado. Mas em respeito às gerações passadas, em respeito ao nosso País, somos levados a, neste instante, deixar percorrer a nossa mente e narrar a esta Casa Parlamentar, o trabalho, a luta, a dedicação dos muitos irmãos que se foram e outros que ainda vivem aguardando como nós, um reencontro dos grandes caminhos em busca do desenvolvimento com segurança, mas do desenvolvimento com segurança e liberdade. É verdade também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, em alguns setores, o regime revolucionário apresseta uma louvável prestação de serviços.

Se tentarmos analisar os campos que sofrem, que são prejudicados também pela política econômico-financeira, aqui implantada, a agricultura abandonada, sacrificada, esmagada; e se discordo do eminente líder da bancada governista, o povo brasileiro teve a oportunidade de, nas urnas, oferecer a resposta a toda nossa Nação. E nas urnas dizer do seu pensamento e da

sua vontade. Somente aqueles que não querem ouvir, não querem enxergar, não querem sentir, haverão de discordar desta nossa afirmativa.

Como é verdade também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o índice de analfabetismo se eleva a cada dia que passa neste nosso país. Muito bem dito pelo companheiro que me antecedeu nesta tribuna, deputado por várias legislaturas neste Parlamento. Com a implantação do ensino pago.

É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que passados 11 anos do governo revolucionário aí implantado, não vimos, encontrada a solução para toda esta geração que aí está ameaçada pela subnutrição, podendo comprometer todo um futuro desta Nação que é grande, e que haverá ser maior ainda pelo esforço e dedicação da sua gente, que não haverá de ter o seu futuro ameaçado diante da subnutrição que marca fundo o corpo, a alma e a mente de milhares de brasileiros esparramados por todo o nosso território.

É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em muitos setores da vida político-administrativa desta Nação, há necessidade do reencontro dos melhores caminhos.

Voltando à análise do tema focalizado por esta Casa, o requerimento do ilustre deputado, do qual, como já afirmamos, discordamos em tese, queremos dizer que esta é a nossa posição porque sempre acreditamos na existência, na validade, na potencialidade do Poder Judiciário, porque como brasileiros acreditamos na Justiça e na lei, que sempre existiram para punir todos aqueles que vierem a ameaçar os princípios, os caminhos sadios que deve percorrer a Nação brasileira.

A lei e a justiça sempre existiram em nosso País e, em respeito a esta posição, somos contrários até mesmo à divisão daquilo que marca o desejo de uma Pátria que procura marchar em busca de sua redemocratização.

Espero, Sr. Presidente, que este País volte a viver a democracia que existe para ser cantada e vivida. Espero, Sr. Presidente que se devolva a esta nação, — conforme é o desejo e a vontade de nossa gente, vontade esta manifestada no último pleito próximo passado — a implantação de um regime autenticamente democrático.

Não faltará a meu companheiro de bancada, a quem muito respeito e prezo, o nosso posicionamento como homem público pertencente ao MDB, a nossa adesão, a nossa participação se a vontade do ilustre parlamentar é fazer valer a sua idéia da qual, se discordamos, respeitamos por ter partido de uma expressão pensante desta Casa que muito respeitamos e admiramos.

Isto posto, Sr. Presidente, quero encerrar a minha modesta participação na tribuna na sessão de hoje, voltando a lembrar que muito antes de 1964, este país existia, vivia, lutava, através dos homens que tiveram a coragem, a peito aberto, derrubando as matas, de edificar este País, que haverá de ser grande, haverá de se colocar entre as grandes potências mundiais, sem milagre deste ou daquele governo, mas pela participação de um povo que acredita nesta terra santa, que por ela luta e trabalha, procurando a implantação do desenvolvimento que mais tem vindo pela iniciativa particular e pela fé do povo que habita esta terra.

Esperamos que realmente todos nós, homens públicos, os representantes do Legislativo...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa., mas lhe concede mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. DEL CIEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas é nossa esperança, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que antes da nossa ida, quando o destino decidir a chegada da nossa partida, haveremos de deixar para nossa filhos, para a geração que aí está, um Brasil em desenvolvimento, com segurança e com liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar à votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cada vez que uma atitude como a que hoje se verifica vier a seccionar a ladainha rotineira dos apelos misericordiosos ao Executivo todo-poderoso, trazendo esta Casa à realidade que deve viver, do estudo e do debate das grandes questões nacionais, haverá quem assim proceder, estar colaborando para que esta Pátria se reencontre com seu destino.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, desta tribuna, depositar o meu louvor ao eminente Deputado Osvaldo Macedo, tantas vezes preocupado com questões dessa ordem e que, mais uma vez, fez eclodir no recinto desta Casa, questão de tão alta relevância.

Sr. Presidente, estamos nos tornando uma nação de pátrias!

A pobreza e a miséria tomou conta desta terra.

O Direito substituído pelo arbítrio; as consciências emudecidas; a juventude amortecida; os homens de bem, irresponsáveis, se distanciando deste debate, desta luta.

E não somos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos a dizer isso. O próprio povo paranaense e brasileiro, apesar de tudo e contra tudo, falou primeiro, e nos trouxe aqui para dizer essas coisas.

É porisso que não podemos nos calar, sob pena de estarmos fraudando as esperanças de nossa gente, nem emudecermos no cumprimento de nosso mandato.

Portanto, toda vez, e em cada momento, que questões dessa natureza aflorarem neste plenário, estaremos presentes ao lado de tantos companheiros, procurando, com humildade, trazer nossa parcela de esforço e de trabalho, nessa luta que é a luta de toda a gente brasileira.

Srs. Deputados, vimos seccionado um processo que caminhava alentado até mesmo por nós da Oposição; aplaudido por nós da Oposição; fecundados por nós da Oposição, porque entendíamos que dos males o menor. E se não pudéssemos atingir o ideal e de maneira mais rápida, como se fosse perseguido esse caminho, com todos os seus obstáculos para que se atingisse, afinal, o grande objetivo.

Entretanto, Sr. Presidente, voltamos a um momento de instabilidade, de ausência de perspectiva, até mesmo de um tatear em um futuro que não se conhece, e nem por isso, desertaremos da luta, nem por isso deixaremos de batalhar. Durante tanto tempo e enquanto grande parcela de nossa gente preocupava-se em definir o vocábulo que tomou conta desta terra nos últimos tempos, a distensão, paralelamente o que se via, era elaborar de um novo espírito, de uma nova consciência na terra brasileira, de esperança, de caminho aberto, de objetivos à vista e esse processo foi elaborando, até quando os contornos estavam se materializando voltar-se ao nada, ao vazio, ao vácuo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Era desnecessário que viesse a esta tribuna para reafirmar uma profissão de fé democrática em favor do estado de direito, da liberdade, porque esta tem sido a nossa própria vida. Apenas vim, Sr. Presidente, data vênica do entendimento do Deputado Osvaldo Macedo, para reafirmar uma posição pessoal. Entendi-lhe a tática, não lhe compreendi o objetivo, mas gostaria de que esta Casa recolhesse e os Anais guardassem a minha posição. Não entendo como se possa partilhar dessa excepcionalidade, não entendo como se possa pretender atingir o objetivo maior através desse caminho.

Solidário ao companheiro, presente ao seu lado, entendo válida a posição que assume, quero, entretanto, ressaltar minha posição pessoal, distanciado dessa partilha que não compreendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas compreenderei e aplaudirei o AI-5 quando a excepcionalidade dos poderes que ele confere, forem usados para se auto-revogar. Apenas, Sr. Presidente, estarei em paz com minha consciência, quando imperar na terra brasileira, a liberdade e o direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Cada vez que descemos des-



na tribuna, a marcação de posicionamento dessa ordem, não sabemos se teremos oportunidade de retornar. Não importa, o que importa é que existe uma tribuna, o que importa é que alguém possa falar o que importa e que a luta continue.

Muito obrigado. Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE Em votação o Requerimento. Tendo sido aprovado o requerimento do Deputado Basílio Zanusso que solicita votação nominal para o requerimento o Sr. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para que votem.

Os que votarem com o requerimento deverão responder sim e os que votarem contra, dirão "não".

#### O SR. 1º SECRETÁRIO – Faz a chamada dos Srs. Deputados.

Gabriel Sampaio Sim  
 Del Ciel Sim  
 Aguinaldo Pereira Lima ausente  
 Mauricio Fruer Sim  
 Fidelino Tolentino Sim  
 Leopoldo Jacometti ausente  
 Accioly Neto ausente  
 Adalberto Daros ausente  
 Antonio Facci Sim  
 Alfredo Gulin ausente  
 Aragão de Mattos Leão ausente  
 Basílio Zanusso ausente  
 Dacio Leonel ausente  
 David Federmann ausente  
 Deni Schwartz Sim  
 Domício Scaramella Sim  
 Edilson Alencar Sim  
 Egon Püdel ausente  
 Eneas Faria Sim  
 Ernesto Dal'Ogho ausente  
 Ernesto Gnoato Sim  
 Ezequias Losso ausente  
 Fabiano Braga Côrtes ausente  
 Francisco Escorsin ausente  
 Fuad Nach ausente  
 Gabriel Manoel ausente  
 Gilberto Carvalho ausente  
 Helio Manfrinato Sim  
 Ivan Ruppel ausente  
 Ivo Thomazoni Não  
 Jayme Rodrigues Carvalho Sim  
 João Cloni Netto ausente  
 Jose Domingos Scarpelini Sim  
 Jorge Sato ausente  
 Jurandir Messias ausente  
 Lázaro Dumont ausente  
 Lineu Turra Sim  
 Lucio Machado Sim  
 Luiz Alberto Oliveira ausente  
 Luiz Carlos Zuk Sim  
 Luiz Roberto Soares ausente  
 Nelson Buffara Sim  
 Nilso Sguarezi ausente  
 Osvaldo Macedo Sim  
 Muggiati Filho Sim  
 Otássio Pereira sim  
 Quêlse Crisóstomo ausente  
 Rosário Pitelli ausente  
 Trajano Bastos Sim  
 Valter Pietrângelo Não  
 Waldenício Barbalho Sim  
 Werner Wanderer ausente  
 Wilson Fortes ausente

O SR. PRESIDENTE – Votaram 25 Srs. Deputados. 23 votaram

sim e 2 votaram não. Não há quorum para a votação. Concedo a palavra para falar em explicação pessoal o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a Explicações Pessoais, porque acho que devo mais alguns esclarecimentos a colegas de bancada, e porque acho que mais claramente deva ficar registrada nos Anais desta Casa, a posição que assumimos no dia de hoje.

Todos sabem que sou homem de posições definidas, todos sabem que condeno a miúdo e por inteiro, o Ato Institucional nº 5 que afronta a consciência jurídica e civilizada de qualquer País. Quero o seu fim incondicional e imediato, para isto tudo farei, lutarei qualquer luta, combaterei qualquer combate para que este objetivo seja alcançado.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o MDB e todas as inteligências deste País estavam empenhados em debater o que se convencionou chamar de distensão, em oferecer sugestões e em encontrar caminhos quando, de repente vem o discurso do Presidente da República e encerra qualquer debate e encerra, com qualquer discussão e fecha todas as portas para qualquer diálogo.

Diante disso, era preciso que eu fizesse alguma coisa, não se podia tugar da luta, não se podia desertar da luta, não se podia cruzar os braços e apenas ficar esperando de que alguma coisa surgisse de cima, de que alguma coisa de sobrenatural acontecesse.

Mas nesse tempo de ironia era preciso que raciocinássemos e que argumentássemos também ironicamente. Ainda ontem o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO lembrava que há duas formas socráticas de argumentação: a maiêutica e a irônica. A maiêutica é a argumentação clara, objetiva, que representa até como se fosse um parto, feito por parteira, e que chega a ser excessivamente dolorido. Ninguém está a fim de argumentações claras em termos de raciocinar seriamente e sinceramente sem qualquer preconceito. Escolhemos também, nesta forma irônica, a forma também irônica de argumentação. Parece que quando nós sabemos que os homens insistem em dizer que não podem de forma alguma abrir mão dos atos de exceção e dos atos excepcionais, que sugerimos que partilhem, que não fiquem na dependência apenas de uma assinatura, de qualquer medida excepcional que haja que se tomar e que se partilhe entre os 3 Poderes que se representem, que se coloquem os 3 Poderes em igualdade de condições.

Tomei a iniciativa de fazer a sugestão, arco com a sua responsabilidade porque sei que mais do que nunca, nesta época de trevas é preciso que alguém queime, e, como já disse alguém, "se eu não me queimo, se tu não te queimas, como das trevas nasce a luz".

Foi isto que fiz. Quero queimar e continuarei me queimando para que nasçam luzes nesta Casa e neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Esta Presidência anuncia, com satisfação a presença nesta Casa dos Srs. Cláudio Almeida da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Carlos Anzola, Antonio Camposs e Oswaldo Dias Teixeira.

O SR. PRESIDENTE Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n. 204/69, que autoriza

o Poder Executivo adquirir por intermédio da Secretaria da Agricultura, 300 (trezentas unidades) de trator para operar em área agrícola e com as características que especifica. - APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 204/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por intermédio da Secretaria da Agricultura, nos termos da legislação vigente, 300 (trezentas) unidades de trator, equipados para operar em áreas agrícolas, com as seguintes características e condições:

- I— tração sobre esteira;
- II— tonelagem entre 6 (seis) e 9 (nove) mil quilos;
- III— potência do motor entre 65 (sessenta e cinco) a 80 (oitenta) HP;
- IV— financiamento, no mínimo, pelo prazo de 7 (sete) anos;
- V— os fabricantes do exterior que apresentaram propostas de venda com financiamento deverão dispor de revendedores autorizados estabelecidos no Estado do Paraná, com comprovado estoque de peças de reposição e prestação de assistência técnica.

Art. 2º - Os tratores referidos, no artigo anterior, serão vendidos aos municípios, cooperativas e agriculturas, segundo as necessidades das regiões geo-econômicas do Estado, a juízo da Secretaria da Agricultura, nas mesmas condições de custo total, prazo e juros da aquisição pelo Estado.

Art. 3º - O Estado do Paraná, através de seus organismos de crédito, concederá o aval à operação autorizada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) LINEU TURRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 41/74, que autoriza o Poder Executivo, construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão. - APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 41/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Fran-

cisco Beltrão. 8º Distrito Sanitário, na sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correção à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente,
- a) LINEU TURRA - Relator.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Secretário do Interior, visando a construção de um prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Amancio Moro, na localidade da Penha, município de Corbélia. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de incluir, nos estudos da próxima revisão da organização judiciária, a criação de mais um Cartório de Registro de Imóveis, na comarca de Marialva. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, encaminhando sugestões desta Assembléia, no sentido de que dentro do processo gradual e lento de redemocratização, e numa demonstração da honestidade de suas intenções de ver instalado neste país o Estado de Direito, haja por bem de, por sua iniciativa, dividir com os Presidentes do Judiciário e do Legislativo os poderes excepcionais que lhe são conferidos pelo AI-5. - Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte

mmmm

#### ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs: 50/75 e 51/75 e do Projeto de Lei nº 56/75.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 51/74 e 70/75.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 178/74 e 40/75.

Levanta-se a sessão.